



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhoras e senhores, declaro iniciada a 2ª Reunião de Audiência Pública de 2012 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Sra. Miriam Aparecida Belchior, que já está compondo a Mesa e a quem agradeço muito a presença.

A Sra. Ministra prestará esclarecimentos acerca do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, o Projeto de Lei nº 3, de 2012, que “*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências*”, conforme dispõe o art. 84, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Anuncio também a presença da Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem igualmente, desde já, agradeço a presença.

Compõe a Mesa ainda o Relator do projeto de lei orçamentária, o ilustre Senador Antônio Carlos Valadares, que muito nos honra com sua presença.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para sua exposição, só podendo ser apartada nesse período se assim o permitir.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar a expositora só poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição e, para tanto, disporão do prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo aos senhores e às senhoras que a lista de inscrição para o debate já está aberta e à disposição na mesa que está secretariando os trabalhos. A lista está com a Sra. Socorro.

Alguma questão preliminar por parte dos Srs. Parlamentares? (*Pausa.*)

Se não há, concedo, de imediato, a palavra à Sra. Ministra Miriam Aparecida Belchior, renovando nosso agradecimento a S.Exa. pela gentileza e pela forma que tem tratado toda a Casa, em especial os integrantes desta Comissão.



A palavra está inteiramente à sua disposição, para que possa fazer sua exposição inicial.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Boa tarde.

Cumprimentando o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Paulo Pimenta, saúdo todos os Senadores e Deputados que fazem parte desta Comissão, com a qual o meu Ministério se relaciona quotidianamente, seja pela discussão a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, seja pela discussão dos projetos de suplementação orçamentária, que, tradicionalmente, o Planejamento envia para a análise da Comissão.

Durante o ano passado, Presidente Paulo Pimenta, houve um trabalho muito profícuo com a Comissão — e, no ano passado, ainda houve o PPA. Acredito que todos nós tenhamos ficado satisfeitos com a tramitação do Orçamento, que conseguimos fazer sem nenhum pedido de veto para a Presidenta. Isso foi possível exatamente porque durante todo o tempo estivemos conversando com o Presidente da Comissão, à época, o Senador Vital do Rêgo, e com o Relator, Deputado Arlindo Chinaglia. Essas conversas nos permitiram chegar a esse resultado.

Eu quero me colocar à disposição, e também toda a minha equipe, para que continuemos esse trabalho bastante frutífero e tenhamos resultados da mesma qualidade este ano. E, pela primeira conversa que tive com o senhor, parece-me que vamos conseguir conduzir o trabalho dessa maneira.

Quero cumprimentar também o Senador Antônio Carlos Valadares, Relator da LDO, com quem também já conversamos um pouquinho para tratar do andamento das discussões sobre a LDO aqui no Congresso Nacional.

Vou fazer uma apresentação inicial a respeito de como o Governo está vendo este momento que precede 2013 — e que orienta, portanto, as diretrizes orçamentárias para o próximo ano — e, depois, entrar numa apresentação específica sobre a LDO.

Podemos começar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Os senhores sabem que nos últimos anos a economia brasileira tem crescido, e as desigualdades têm sido reduzidas.



Este quadro apresenta, em azul, as colunas referentes ao crescimento do PIB e, em vermelho, o Índice de GINI — Censo de 2000 e Censo de 2010 —, mostrando exatamente a redução da desigualdade no País. Esse é um fenômeno raro na economia mundial. Nos últimos tempos, talvez o Brasil tenha sido, senão o único, um dos poucos países que conseguiu fazer estes dois movimentos: crescer e reduzir as desigualdades.

Aqueles que são mais entendidos da área econômica sabem que, em geral, um período de crescimento é acompanhado pelo aumento da desigualdade. Nós estamos conseguindo fazer isso de modo diferente, porque casamos medidas para o crescimento com medidas para a redução da desigualdade. Estamos aproveitando este momento especial da nossa economia para fazer com que mais brasileiros tenham acesso aos bens e serviços a que têm direito.

Isso foi possível graças aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Brasil sem Miséria, à valorização do salário mínimo e aos investimentos públicos, especialmente do PAC, que, como são distribuídos no conjunto do País, garantem a geração de empregos e de renda de maneira equilibrada em todas as regiões, o que, por sua vez, tem permitido — estou vendo aqui o nosso Senador de Pernambuco — o crescimento do Nordeste acima da média do observado no restante do Brasil. Isso tem levado à redução das desigualdades não só sociais, mas também regionais.

O que nos preocupa neste momento de cenário externo menos positivo — e a Presidenta Dilma Rousseff tem trabalhado nisso com todo o cuidado — é não voltarmos atrás. Pelo contrário, precisamos seguir fazendo estes dois movimentos simultâneos: crescer e reduzir as desigualdades.

Na sequência, temos aqui os dados relativos à economia mundial em 2012, que, como todos sabemos, ainda não se recuperou completamente da crise de 2008.

Neste mapa, que reflete a previsão de crescimento dos maiores países, nós percebemos que estão em azul os países que vão crescer mais do que 3% em 2012 e, em vermelho, os que vão crescer menos do que 3%. Com isso, é bom perceber que quem vai puxar o crescimento da economia mundial em 2012 serão os países



emergentes, e o Brasil deverá ser um dos poucos que crescerá mais em 2012 do que cresceu em 2011.

Esse baixo crescimento mundial deve-se, fundamentalmente, ao fraco desenvolvimento das economias desenvolvidas, que ainda não se recuperaram internamente, especialmente a Europa, e ao fato de os Estados Unidos estarem crescendo de maneira muito pequena. Então, a perspectiva de 2012 e a perspectiva internacional são de uma melhora pequena, digamos assim, para 2013.

E o que acontece com o Brasil? O Brasil reúne as condições necessárias para responder a essa, digamos, recaída da crise internacional, porque nós ampliamos a taxa de investimento, que foi estimulada pelos investimentos públicos, com o PAC, pela Copa e pelos Jogos Olímpicos.

Quero lembrar que, quando claramente aponta para esse aumento de investimentos, o Governo dá um sinal importante no sentido de que também é hora de o setor privado apostar.

Além disso, nosso mercado interno está sempre em expansão — vou falar mais disso na sequência —, com geração de emprego e renda em todo o território, e não só concentrada em uma parte do País.

Há menor vulnerabilidade externa. Ampliamos o número de parceiros comerciais do País. E isso nos deixa menos vulneráveis do que ao depender da economia de um único país e também com um forte acúmulo de reservas, o que nos dá um conforto para passar por momentos em que a economia mundial está em dificuldades.

Mais do que isso, a inflação está sob controle e há solidez fiscal. Isso tem resultado neste quadro de crescimento que temos vivido, em que o Governo tem trabalhado todo o tempo para não só continuar a manter esse cenário de crescimento, mas também para trabalhar com patamares cada vez maiores de crescimento.

Quero falar para os senhores sobre os três grandes motores de nosso processo de crescimento e de redução da desigualdade.

O primeiro deles é o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, que colocou o investimento como um desses motores do crescimento. Estes são dados básicos do PAC. O PAC 1, que se desenvolveu entre 2007 e 2010, tinha uma



previsão de R\$657 bilhões de desembolso, dos quais 94% foram efetivamente desembolsados até dezembro de 2010, o período de execução.

Já esses dados do PAC 2 são de dezembro de 2011. O próximo relatório do PAC deverá sair agora no mês de junho. O PAC 2, que deve se desenvolver entre 2011 e 2014, com uma previsão de R\$955 bilhões nas áreas de logística, energia, social e urbana, teve, no primeiro ano, 21% executados. Se fizéssemos uma divisão simples, o resultado do total dividido por quatro seria de 25% ao ano. Considerando que estamos em um novo ciclo e que uma série de obras ainda está em projeto, licenciamento ou licitação, alcançar no primeiro ano 21% está bem dentro do que se espera do desenvolvimento do programa.

Isso significou que o investimento público no País dobrou desde que o PAC foi lançado, no início de 2007. Nós saímos de 1,6% para quase 3% em 2011. Então, houve um salto significativo.

Aqui, só para informação dos senhores, de forma bem sucinta — e são dados de dezembro de 2011 —, está a evolução da conclusão de obras do PAC 2. São R\$127 bilhões de obras já concluídas; dessas, quase 18% do total de obras previsto para concluir até 2014.

A ampliação de desembolsos do OGU do PAC ano a ano: crescimento de 56%, 23% e 27%. Comparando o primeiro quadrimestre de 2011 com o primeiro quadrimestre de 2012, tivemos um crescimento de 50% de valores pagos do PAC no que se refere ao OGU.

Com essa sinalização clara do Governo, o que aconteceu é que o investimento privado acompanhou o investimento público, aumentando o investimento total no País. Vemos a curva de crescimento bastante acentuada depois do PAC, menos a de 2009, pelas razões que todos conhecemos. Alcançamos, antes do PAC, 16,6%. Agora, a previsão é de 20,7%. Como já foi apresentado pelo Ministro Guido em outras ocasiões, estamos mirando chegar, em 2014, a 24% de investimento total no País.

Tão importante quanto o crescimento do investimento é a forma como o investimento está crescendo no nosso País. O investimento, entre 2007 e 2010, cresceu o dobro do que cresceu o PIB brasileiro. Então, o PIB cresceu em uma média de 4,2%, e o investimento cresceu 8,9% ao ano. Esse é um dado muito



importante, porque não basta crescer. É importante que cresçamos de forma sustentável. E uma das maneiras de crescer de maneira sustentável é ter um significativo crescimento do investimento, seja público, seja privado. Além disso, além de crescer reduzindo desigualdades, estamos crescendo criando emprego.

Esta é a curva da criação líquida de empregos formais, com um patamar, no último ano — e esperamos que se repita neste ano —, de 2 milhões de empregos, por ano, que se aliam com a redução do desemprego, como vamos ver na sequência.

Aqui, a evolução da taxa de desemprego ano a ano. A primeira faixa, a primeira curva, a média 2005 e 2007. Temos 8, 9, 10 e 11, sempre curvas abaixo da anterior. A cada ano que passa, a curva é menor, caminhando para uma situação de pleno emprego. É claro que todos temos convicção de que esse é um movimento importante tanto da formalização, quanto da redução do desemprego. Mas temos de avançar no que diz respeito à qualidade dos postos de trabalho. Essa é uma tarefa para o próximo momento.

Além de crescer o emprego, temos o reajuste do salário mínimo, que está colocando, neste ano, cerca de 47 bilhões a mais na economia. A partir de 2003, houve um aumento real do salário mínimo de 66%, o que tem sido um fator fundamental para aumentar renda da nossa população e fortalecer o nosso mercado interno.

Boa parte do avanço dos indicadores do Nordeste tem a ver com essa política, visto que a maior parte dos salários pagos naquela região tem como base o salário mínimo. Então, esse impacto é ainda mais forte nas regiões mais pobres do País.

Acompanhado da criação de emprego e da valorização do salário mínimo, há aumento do rendimento real, que é mais um motor do crescimento a fortalecer o nosso mercado interno.

O terceiro motor do crescimento da nossa economia é a expansão do crédito. Temos aí os dados básicos, desde 2003. Saímos de 24,6% do PIB para quase 50% do PIB, 49,3%. Ou seja, dobramos o crédito no País, durante esse período, o que é também fundamental para alavancar o crescimento da economia, tanto para o cidadão poder comprar, com sua renda, bens de consumo, especialmente bens



duráveis, como também para os investimentos das empresas, com a melhoria das condições, tanto de prazos, quanto de *spread*, realizadas pelo BNDES.

Esse aumento de renda e de crédito tem sustentado a expansão do mercado interno. Vemos aqui a evolução do índice de vendas do comércio varejista, que cresceu 8,7% ao ano durante todo esse período, o que mostra a força do nosso mercado interno para alavancar o nosso crescimento.

Agora, ter um mercado interno forte é muito bom, mas atrai um monte de gente interessada nesse mercado interno, querendo, digamos assim, colocar seus produtos nesse mercado interno.

Por essa razão, a Presidenta Dilma tem adotado medidas para garantir que a produção para suprir o mercado interno seja feita no Brasil, gerando empregos no Brasil. E temos adotado medidas nesse sentido.

No ano passado, foi lançada a primeira etapa do Programa Brasil Maior. E, agora, em março, houve o lançamento da segunda etapa desse programa, trabalhando exatamente com elementos importantes para alavancar a competitividade da produção nacional, como a ampliação da desoneração tributária e o aprimoramento, por exemplo, do regime automotivo, ampliando o crédito à exportação e o PSI, agora em sua quarta versão — o PSI foi um sucesso em 2009 como mecanismo de enfrentamento à crise. Há incentivos ao setor de informação e comunicações, aperfeiçoamento das regras de mercado de câmbio e fortalecimento da defesa comercial contra práticas danosas à nossa economia.

Gostaria de citar aqui como algo emblemático nesse grupo de ações a desoneração da folha, tema bastante debatido. Há consenso acerca de sua importância. Nós começamos esse processo, que, segundo a nossa Presidenta, vai seguir para novos setores. Começou com alguns setores ano passado, vieram outros agora. E gostaríamos de seguir ampliando isso, nos próximos anos, a partir da experiência dos setores que já estão trabalhando com desoneração da folha.

Qual é o resultado disso tudo? Com a melhora dos nossos fundamentos econômicos, o Brasil está cada vez mais bem preparado para enfrentar crises de caráter internacional.

Trago aqui três situações e qual como está o Brasil em cada um desses momentos.



Em primeiro lugar, a crise internacional de 1998, quando o Brasil praticava câmbio fixo. Nós temos: em laranja, a dívida externa; em azul, as transações correntes, e, em verde, as reservas internacionais. Vemos que, em 1998, tínhamos uma dívida externa de 26,5% do PIB, um déficit em transação corrente de 4% do PIB e apenas 5% do PIB de reservas internacionais.

Em 2008, isso se deu de maneira muito mais equilibrada: 12% do PIB de dívida, déficit de 1,7%, e as nossas reservas praticamente cobriam a soma dos outros dois.

Agora, em 2012, com esse baixo crescimento mundial, provocado especialmente pelas economias desenvolvidas, nossa reserva cobre os dois e ainda sobra troco. Isso mostra que o caminho que o Brasil tem trilhado nos últimos anos está sendo um sucesso não só para fora e para dentro, mas também para sustentar nossa situação de contínuo crescimento com redução de desigualdade, mesmo em momentos de crise internacional.

Outra questão importante é que a inflação está sob controle, dentro do intervalo da meta. Lembro que, no ano passado, quando estive aqui por ocasião da LDO também, vivíamos um momento muito mais difícil. A inflação, aqui e em outros países, em razão dos preços de *commodities*, parecia que poderia escapar ao controle. Não foi o que aconteceu. As medidas adotadas levaram nossa inflação, no final de 2011, a ficar dentro da meta. Então, o controle da inflação é outra questão importante.

O sucesso da política econômica, esse novo *mix* entre a política monetária e a política fiscal, tem levado a outro avanço, outro passo que o Brasil dá: a redução das taxas de juros, que vimos vivendo já desde o ano passado, caminhando para patamares internacionais.

Não estou falando da mudança da poupança anunciada pela Presidenta na semana passada, que é um passo adicional nessa direção, um passo capaz de nos levar a esses novos patamares.

Essa estabilidade é reforçada pelo nosso compromisso com a solidez fiscal. Então, nossa intenção é continuar praticando superávit primário nos níveis que vimos praticamos nos últimos anos, na linha de 3,1%. Isso tem provocado também uma redução do nosso resultado nominal, caminhando para, até 2014, uma redução



ainda maior. Com isso, claro, há a trajetória decrescente da dívida pública, em percentual do PIB. Saímos de 60%, em 2002, e a previsão é chegar, agora em 2012, a 35,2%, caindo quase pela metade a dívida pública.

Foi com base nesse cenário de como estamos vendo o crescimento internacional este ano e no ano que vem, que elaboramos nossa LDO para 2013. Eu gostaria de começar com os parâmetros macroeconômicos, destacando meia dúzia deles, que têm maior importância.

O primeiro deles é o crescimento real do PIB, previsto em 5,5%. Do nosso ponto de vista, isso está em linha com a trajetória da nossa economia. Nós acreditamos que as medidas adotadas no Brasil Maior, mais a redução da Taxa SELIC e os investimentos feitos no País, públicos e privados, nos levarão a uma aceleração do crescimento, no segundo semestre, que deverá se reproduzir e ampliar ainda mais no ano de 2013.

Isso também poderá ser ajudado com a retomada internacional que deve acontecer em 2013. Então, com esses fatores se somando, estamos considerando um crescimento para 2013 de 5,5%.

A inflação dentro do centro da meta: 4,5%. O salário mínimo: R\$667,75, aqui aplicada a regra, aprovada por este Congresso Nacional, de valorização do salário mínimo, que vale até 2015. Há crescimento da massa salarial nominal de 10,34%. E, quando nós mandamos, no dia 13 de abril, 9% de taxa de juros, que era o que tínhamos naquele momento em vigência no Banco Central. Certamente, para a Lei Orçamentária, a ser mandada em agosto, faremos uma revisão nesses 9%.

A meta de superávit primário prevista é de 155,9 bilhões, fixada em termos nominais. Desses 155,9 bilhões do Governo Central, para as estatais é zero. Nessa nossa política, eu nunca tiro essa linha, apesar de ser zero, porque é muito importante dizer que é zero, para permitir que as estatais façam investimentos, porque isso é fundamental para o crescimento do País. Por isso, é zero, e o Governo Central assume toda essa diferença. Estados e Municípios: 47,7 bilhões.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias mantém uma regra que vem sendo mantida em todas as últimas LDOs, já faz bastante tempo, a da possibilidade — gostaria de grifar isso — de abatimento do PAC da meta do superávit, no valor de R\$45,2 bilhões. É o mesmo patamar usado na LDO 2012.



É importante reafirmar que nossa intenção é fazer superávit primário cheio. No entanto, como não sabemos o que vai acontecer com a economia, é importante ter essa válvula de escape. Passamos, agora a pouco, a linha de superávit e vimos que o único momento em que usamos isso, e usamos pouco, foi em 2009, em razão dos efeitos da crise internacional.

Portanto, 2009 foi o único ano em que utilizamos esse mecanismo — e o fizemos por uma razão bastante justa. Isso permitirá que, além de continuar fazendo esse superávit, continuemos na trajetória, que mostrei antes, de queda da nossa dívida pública.

A equipe da Secretaria de Orçamento Federal — SOF, a cada ano, tem proposto medidas para melhorar cada vez mais a LDO, é um processo contínuo. Por essa razão, o projeto de lei enviado ao Congresso, exclui 24 dispositivos que tínhamos na LDO anterior.

Como se divide em três grandes blocos de razões de exclusão? O primeiro e mais importante deles é o de redundância com outras legislações.

Como os senhores sabem, a LDO é anual, enquanto outras leis votadas se tornam permanentes. Então, o que estamos retirando aqui fundamentalmente são dispositivos que já estão previstos em leis votadas pelo Congresso Nacional, e nos pareceu redundância mantê-los na LDO.

Seriam, então, os artigos relativos à execução de recursos da Defesa Civil, pois há uma lei aprovada aqui no Congresso em 2010, que versa a esse respeito; da mesma maneira, à aplicação dos recursos mínimos em saúde. Depois de um longo e tenebroso inverno, foi possível fazer um acordo e votar no Congresso a Emenda Constitucional nº 29, que dá conta disso. Assim, não é necessário estar na LDO, que tem caráter transitório. Também foi excluída a divulgação de informação de execução e acesso ao sistema, também porque o Congresso aprovou no ano passado a Lei de Acesso à Informação, que entra em vigor no próximo dia 16 de maio. Portanto, uma parte dessas informações está mantida na LDO, mas outros dispositivos nos parecem estar cobertos pela Lei de Acesso à Informação, então, seria redundância continuarem na LDO.

E, por fim, a apuração de custos contábeis previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso já está na LRF, e há uma portaria da Secretaria do



Tesouro Nacional determinando tudo o que precisa ser feito. Por essa razão, também nos pareceu redundante deixar na proposta.

Além disso, retiramos situações já previstas em manuais técnicos, especialmente os de execução financeira e de demonstrações contábeis, que estão em um manual da Secretaria do Tesouro.

E, ainda, as regras do PPA anterior, de 2008 e 2011. Não havia sentido em manter as regras relativas ao PPA passado. Em relação a prioridades e metas, o PLDO define que as prioridades para o Orçamento de 2013 são: o PAC, junto com Minha Casa Minha Vida, e o Plano Brasil sem Miséria.

Lembro aqui que, em 2012, esses programas somam R\$70 bilhões. Já dei muita aula sobre administração pública e costumo dizer que, além da teoria, tenho a felicidade de ter vivido a prática. E quem já teve a oportunidade de participar do Executivo, sabe que um dos maiores desafios de governar é estabelecer prioridades claras e não dividir o seu recurso em um monte de ações diferentes, em que não é possível ter resultados expressivos e avanços significativos. Por isso estamos apresentando ao Congresso essa proposta.

Ressalto que, só em 2012 — e o digo como parâmetro —, temos 436 ações do PAC no Orçamento, entre ações de logística (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos) e das áreas social e urbana (habitação, saneamento, educação, saúde, etc.).

No Brasil sem Miséria, temos 64 ações, além das de transferência de renda, de inclusão produtiva, de assistência técnica na área rural e de capacitação profissional, entre outras. Por isso, para nós do Governo, essas são as duas grandes prioridades.

Além disso, há uma coisa que há tempo não acontece: o Congresso não aprovar o Orçamento em dezembro — a última vez foi há 4 ou 5 anos. Desde então, o Congresso sempre tem aprovado o Orçamento em dezembro. Não vejo razões para que isso não aconteça de novo este ano. De qualquer maneira, a LDO tem que estabelecer algumas regras, caso isso não aconteça.

Então, o que estamos propondo aqui é que algumas despesas tenham 100% de liberação em relação ao que foi enviado no Projeto de Lei de Orçamento, que seriam as despesas obrigatórias, as bolsas de estudo, ações de prevenção a



desastres, financiamento a estudante, formação de estoque público e as obras do PAC de empresas estatais.

Aqui eu queria fazer uma pequena pausa para dizer que uma das discussões que mais fazemos em relação ao setor público é a necessidade de fazer investimentos, que precisamos fazer investimentos e reduzir os custos administrativos, porque há uma série de custos finalísticos de prestação de serviço ao cidadão, como na área de saúde, educação e outras.

Então, parece-me incoerente defender os investimentos, e na hora que o Orçamento não é votado, travamos exatamente os investimentos, porque as regras que vêm sendo votadas nos últimos anos sempre travam, o investimento é sempre zerado. Então, parece-nos incoerente com o discurso de que isso é que é importante para o crescimento do País. Por isso, estamos propondo ao Congresso que libere, caso não consiga votar, as dotações do PAC das empresas estatais, para garantir os investimentos de que o País precisa. E que possam ser executados os duodécimos para as despesas de caráter inadiável.

As despesas de pessoal ficam com a mesma regra dos anos anteriores. Reestruturações somente entram no Orçamento aquelas que tiverem projetos de lei em tramitação no Congresso até agosto de 2012, a mesma regra.

Em relação às despesas ressalvadas da limitação de empenho, repetimos também a mesma proposta do ano passado de não definir nenhuma despesa com esse carimbo, porque isso, na verdade, acaba engessando demais a alocação e a execução dos serviços.

Brincamos no sentido de que se fôssemos fazer todas as vinculações que cada uma das áreas e Ministérios gostariam, não precisaria fazer Orçamento, porque ficaria com x para isso, x para aquilo. E quando precisamos ter, em cada momento...

Acabo de me desculpar com o Presidente da Comissão porque pedi para me atrasar um pouquinho, coisa que em geral não faço quando venho ao Congresso, porque eu estava exatamente fazendo, a pedido da Presidenta, uma bateria de reuniões com os Governadores do Nordeste — em sequência à reunião que ela fez em Aracaju há 10 dias, se não me engano — para discutir as medidas de combate à estiagem. Já tomamos as medidas imediatas, mas as estruturais ficamos de discutir



em outro momento. E eu estava exatamente com os Governadores do Piauí e do Ceará; da mesma maneira que amanhã estarei com mais três Governadores; na quinta-feira, mais dois; e depois mais dois na sexta-feira, percorrendo todos os Estados do Nordeste que apresentam suas propostas para esse assunto.

Então, é uma coisa nova que aparece no ano, e se eu estiver com o Orçamento completamente engessado, fica difícil tomar decisões como essas que provavelmente a Presidenta terá que adotar ainda no próximo período.

Com isso, eu encerro.

Agradeço a atenção de todos e coloco-me à disposição para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Ministra Miriam, pela exposição inicial.

Vamos, de imediato, passar a palavra ao nosso Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, ilustre Parlamentar Antonio Carlos Valadares, para que possa fazer sua manifestação inicial.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Sra. Ministra Miriam Belchior, Sra. Secretária aqui presente, eu gostaria, antes de entrar no tema propriamente dito da LDO, de destacar o otimismo com que escutamos a palestra de V.Exa. registrando que a inflação continua sob controle.

Trata-se de um cuidado que o Governo deve ter todos os dias, uma vez que a inflação atinge notadamente as classes menos favorecidas e contribui para a queda, sem dúvida alguma, da produção e também para a falta de geração de emprego. Então, esse controle da inflação é preponderante para a segurança da nossa economia.

Também o sucesso da política econômica redundou na queda de juros. A coragem que o Governo mostrou nestes últimos dias em conseguir conciliar os interesses dos poupadores com a necessidade de reduzir as taxas de juros, uma reivindicação antiga que vinha sendo feita pela sociedade brasileira, notadamente pelos empresários, para promover um crescimento sustentável em todo o Brasil.

É de se notar a trajetória decrescente da dívida pública, que, em 2002, como V.Exa. acentuou, correspondia a 60% do nosso PIB, antes de Lula assumir a



Presidência. Já em 2012, a previsão real é que nós tenhamos uma participação da dívida pública de apenas 35% do PIB. Comparativamente a 2002, realmente é um sucesso extraordinário. E a redução da dívida pública certamente contribui para o aumento das nossas divisas e ajuda todos os setores, não só o setor público, como também o privado, a dar o seu contributo para o desenvolvimento do nosso País.

O crescimento dos investimentos também foi preponderante, é notável, já que esse crescimento era de mais ou menos 4,2% e a previsão para este ano é de 8,9%.

O salário mínimo, que sempre foi, em épocas passadas, um problema delicado a ser enfrentado pelo Governo na discussão e no debate com as empresas privadas, conseguiu, sem nenhuma divergência grave, uma recuperação também fantástica. Em abril de 2002, nosso salário mínimo estava em torno de 200 reais, e agora passa de 622 reais. E isso injeta na nossa economia, contribuindo decisivamente para aumentar o consumo interno, 47 bilhões de reais.

Fiz questão de destacar esses dados anunciados aqui pela Ministra para dizer que o Brasil está vivendo, realmente, uma fase de construção, uma fase que está sendo notada pelo mundo inteiro. O País tem sido exemplo de equilíbrio nas contas e de segurança na sua política fiscal.

Portanto, eu quero dizer a V.Exa. que receba deste Relator os parabéns por este trabalho realmente edificante para segurar a inflação e o Brasil continuar crescendo, mantendo o salário mínimo em um patamar justo e equidoso para os nossos trabalhadores.

Agora passemos a alguns comentários que nós anotamos com a nossa assessoria a respeito da LDO.

O PAC e o Plano Brasil sem Miséria constituem prioridades da União, nos termos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — PLDO 2013. Contudo, as ações e metas correspondentes a esses programas não estão especificadas. Desse modo, não existem metas definidas. A meta deve ser quantificada para o período do exercício financeiro.

A eventual inexistência de metas quantificáveis na lei decorrente do PLDO 2013 poderá ser vista como descumprimento de regra constitucional, segundo rezam o § 2º do art. 165 e o § 2º do art. 195, que estabelecem ser a LDO o veículo de definição das metas e prioridades para cada exercício financeiro.



Faço uma pergunta a V.Exa. Talvez o Congresso Nacional entenda ser necessário incluir na LDO 2013 um anexo de metas e prioridades, como aconteceu em outras oportunidades. Nesse caso, gostaríamos de contar com a colaboração do Poder Executivo no sentido de encaminhar a relação das ações que componham o PAC e o Plano Brasil sem Miséria, com as respectivas metas, a fim de que possamos incluir na LDO também um anexo de metas e prioridades.

Essa sempre é uma reivindicação dos Parlamentares. Esse anexo não seria obrigatório, mas, sem dúvida alguma, apontaria para a LDO as necessidades básicas da população, as reivindicações que são feitas aos Parlamentares em seus Estados, prestigiando, assim, a ação do Parlamento na elaboração da LDO.

Restos a Pagar. O crescimento do estoque de Restos a Pagar fragiliza a credibilidade do Orçamento como autorização anual de gastos. Isso faz com que o estoque de Restos a Pagar cresça a cada exercício financeiro.

O estoque anual de Restos a Pagar é de 140,9 bilhões de reais. Entre as sugestões já apresentadas pelo Congresso Nacional, está o estabelecimento de limites para o crescimento do estoque de Restos a Pagar e a constituição de reserva financeira específica para o seu pagamento.

Então, que providências o Poder Executivo pretende adotar para deter o aumento do volume de Restos a Pagar e garantir recursos para o seu pagamento?

Esses Restos a Pagar são incluídos na conta do Orçamento Geral, o que diminui, sem dúvida alguma, as dotações orçamentárias previstas para o Orçamento do próximo ano.

Execução Provisória do Orçamento, se a LOA não for sancionada no prazo da Constituição Federal.

Além das despesas obrigatórias e outras correntes consideradas relevantes, reiteradamente aprovadas pelo Congresso, prevê-se também a execução provisória de investimentos e inversões financeiras no âmbito do PAC de 42,6 bilhões reais; despesas no âmbito do Orçamento de Investimentos, exceto para o início de novas obras, no valor de 106,8 bilhões de reais. Quaisquer despesas de caráter inadiável, independentemente de serem correntes ou de capital, só se autorizam para despesas correntes inadiáveis.



Então, pergunto: o caráter inadiável depende de avaliação subjetiva e poderá permitir executar qualquer despesa, seja de custeio, seja de infraestrutura?

Da forma como proposto, gostaria que V.Exa. nos explicasse se o Poder Executivo poderá executar todas as despesas, independentemente da aprovação pelo Congresso. É isso o que gostaríamos que V.Exa. esclarecesse.

Quanto à sugestão de flexibilização na execução provisória do Orçamento, qual a pretensão do Executivo com a mudança em relação aos anos anteriores?

Quanto à Lei Kandir, já é sabido. Por que a LDO de 2013 não prevê que o PLOA de 2013 contenha obrigatoriamente recursos mínimos para atender a Lei Kandir?

Despesas Ressalvadas do Contingenciamento. Essa é uma questão sensível para o Congresso e deverá haver muitas emendas que visam proteger ações e programas de contingenciamento.

Entendemos que cabe ao Legislativo ressalvar determinadas programações meritórias do contingenciamento, pois essa é também uma forma de estabelecer prioridades.

Gostaria que a Ministra comentasse essa questão.

Emendas individuais. Verifica-se, ao longo do tempo, a perda de importância das emendas parlamentares como instrumento de participação nas ações de governo. A falta de garantia de liberação prejudica a eficácia da participação do Congresso na alocação dos recursos públicos.

Entre as propostas aprovadas durante a discussão do PLDO 2012, estava a garantia de execução de programações incluídas por emendas individuais, desde que dentro do limite da reserva de contingência primária (1% da receita corrente líquida — RCL), e desde que as programações fossem convergentes com as prioridades definidas na LDO.

Pergunta: uma vez que o PLOA já reserva recursos para atender a emendas, a qual é constituída a partir de estimativas de receita calculadas pelo Executivo, por que as programações correspondentes são contingenciadas?

Para finalizar, considerações sobre o redutor da meta. O PLDO mantém a possibilidade de redução da meta de resultado primário (até 45,2 bilhões de reais relativos ao PAC).



Em razão desse redutor, a proposta orçamentária enviada ao Congresso é elaborada contendo meta primária menor.

Esse redutor tem diversos efeitos:

a) Permite ao Poder Executivo incluir, já na proposta orçamentária, programações além do que permitiria a arrecadação prevista caso fosse considerada a meta cheia, que é de 108,1 bilhões de reais;

b) Implica a necessidade de contingenciamento inicial das programações aprovadas na LOA, no valor do redutor utilizado, mesmo que a receita estimada na LOA seja integralmente confirmada;

c) Amplia a flexibilidade do Governo na condução da política fiscal etc, etc.

A utilização do redutor foi o grande responsável, nos 2 últimos anos, pelo aumento do contingenciamento.

Pergunta: V.Exa. não acha que a continuidade dessa prática torna o Orçamento menos realista e diminui a efetividade da atuação do Congresso na definição das prioridades do Orçamento?

São essas as indagações, Sra. Ministra.

Espero ter sido claro. Sei que não falta a V.Exa. flexibilidade e capacidade não só para responder, como também para nos atender.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Estava conversando com a Ministra. Vamos ouvir dois Parlamentares e S.Exa. responde, juntamente com as questões levantadas pelo Senador. Depois fazemos um novo bloco de perguntas. E, assim, vamos dando uma dinâmica aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão de encaminhamento. Que a Ministra pudesse... Porque possivelmente muitos Senadores e Deputados serão contemplados a partir das brilhantes preocupações do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O primeiro inscrito é V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - É por isso que estou fazendo essa proposta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vamos ouvir, então, a sugestão do Deputado João Paulo Lima e devolver a palavra para a Ministra fazer suas considerações acerca das questões levantadas pelo Senador Valadares.

Sra. Ministra, por gentileza.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Senador, de algumas dessas questões já tratei um pouco na apresentação, mas volto a elas.

Em relação ao anexo de prioridades, em primeiro lugar, queria dizer que não há descumprimento constitucional, porque o PLDO declara quais são as prioridades. Então, desse ponto de vista, acreditamos que isso esteja de acordo com o que estabelece a Constituição e, inclusive, o PPA.

O que gostaríamos de discutir, Relator, é que nos parece que em muitos casos as emendas feitas em relação a esse tema na LDO são, na verdade, emendas que deveriam ser apresentadas ao Orçamento, porque é um detalhamento do Orçamento. Chega a um nível de detalhe que só cabe num outro instrumento do nosso ciclo de planejamento, que é o Orçamento.

Então, a nossa preocupação é, digamos assim, fazer na LDO o que é da LDO e deixar ao Orçamento o que é do Orçamento. Cada um dos Parlamentares pode fazer todas as mudanças no maior nível de detalhe possível no âmbito do Orçamento da União. A LDO tem um outro papel, que é estabelecer as diretrizes.

Então, desse ponto de vista, V.Exa. mesmo disse que não é obrigatório ter o anexo, e a lei está fazendo isso, que é estabelecer quais são as prioridades neste momento. E não são quaisquer prioridades, é o investimento público, para que o investimento privado também ocorra e o País cresça de maneira mais sustentável, e o combate à extrema pobreza, ou seja, duas grandes prioridades do País.

Em relação aos Restos a Pagar (RAP), compreendo a preocupação com o crescimento do volume de RAP, mas acredito que precisamos entender que temos obras de infraestrutura — um tempo atrás não tínhamos muito — que têm caráter plurianual. É muito comum, qualquer atraso significa que... Se houve um problema na licitação e a obra precisou ficar suspensa por alguma razão, automaticamente, eu não consigo fazer o desembolso completo e fica como Restos a Pagar no ano seguinte. Isso é uma coisa natural. Da forma como está estruturado o nosso



Orçamento, é um orçamento anual, parte dele, parte das ações que o compõem têm execução plurianual.

Então, acho que parte do problema é esse.

A outra parte, eu acredito, tem a ver com uma certa resistência em derrubar Restos a Pagar, e não só dos nossos Ministérios. Lembro-me bem de que quando estive aqui para a discussão da LDO, no ano passado, o tema mais candente naquele momento eram exatamente os Restos a Pagar e a preocupação dos Parlamentares com o fato de que os Restos a Pagar fossem cancelados.

Então, temos aqui dois movimentos de natureza diferente — a natureza administrativa e a natureza política — que acabam contribuindo para que isso aconteça.

Acredito que nós, com as regras que estabelecemos para RAP, no ano passado, temos condições de equilibrar um pouco mais essa situação, sem comprometer a execução e muito menos sem tornar o Orçamento uma peça de ficção. Acho que o Orçamento tem de refletir as prioridades, aquilo que se quer fazer, mas é importante que haja flexibilidade. A realidade muda. Não podemos achar que o Orçamento que nós enviamos — não estou nem dizendo aquele que o Congresso aprova, mas aquele que nós enviamos — seja executado exatamente da mesma maneira, um ano e meio depois. É necessário esse tipo de flexibilidade.

Em relação à execução provisória do Orçamento, acredito que vamos conseguir votar o Orçamento. Então, ela é, de fato, uma regra absolutamente temporária, porque não houve nenhuma ocasião, eu acho, em que tenha passado de fevereiro, no máximo, em março. *(Pausa.)*

A Célia está me lembrando que só em 1998 o Orçamento de um ano foi votado em outubro do ano seguinte. Em geral, quando isso acontece — e não tem acontecido nos últimos anos —, o Orçamento é aprovado até fevereiro, ou seja, o que há são, no máximo, três duodécimos sendo executados.

Então, o que repito aqui a V.Exa. é que, em relação aos investimentos, me parece incongruente defender que investimento é importante e, ao não votar o Orçamento, não deixar executar o investimento. Acho que não há lógica em fazer dessa maneira.



Então, nós estamos trazendo ao Congresso esta proposta de permitir a execução do Orçamento, de investimentos.

Em relação às despesas de caráter inadiável, na verdade, estamos falando de duodécimo, não de liberação completa. É o duodécimo que estaria liberado. Mas quero reafirmar aos senhores que acho que o importante mesmo é nós trabalharmos em conjunto e firmemente para que o Orçamento seja votado até o final deste ano.

Em relação à Lei Kandir, os senhores sabem, o Governo tem uma avaliação sobre se ainda está ou não em vigência. Essa é uma discussão que fazemos todos os anos. Eu acho que nós vamos trabalhar com ela da mesma maneira que nos outros anos: seguir conversando a respeito disso.

Em relação às despesas ressalvadas, também aqui já me manifestei, então vou ser rápida. Nós já temos no Orçamento um número grande de despesas ressalvadas. Na educação, na saúde, na assistência, é muito difícil trabalhar com esse engessamento da peça orçamentária.

Quero aqui repetir uma questão semelhante ao que respondi em relação às prioridades. Para estabelecer ações específicas, detalhamento, não é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. As diretrizes orçamentárias, como o nome diz, estabelecem diretrizes. Seu detalhamento, parece-nos que o lugar mais adequado para fazer é na peça orçamentária.

Sobre as emendas, eu tenho afirmado sempre que defendo a legitimidade das emendas parlamentares — faz parte do nosso processo democrático —, e nós temos trabalhado para garantir de maneira equilibrada com a execução do Orçamento a execução de emendas individuais dos Parlamentares.

De novo, aqui se trata de uma proposta, se eu não entendi mal, Senador, de vinculação. Eu brinco bastante lá, e vou-me permitir brincar aqui também, que sofro dos dois lados, porque aqui se quer vincular e lá cada Ministério também gostaria de ter seu naco previamente garantido. Agora, isso não leva a uma boa gestão. Cada ano e cada momento do Governo exige questões que não são existem em outros momentos.

Quero dar aqui exemplo de como evoluem as faixas etárias na nossa sociedade. Daqui a um tempo, nós teremos escolas ociosas. Vai demorar um pouco,



mas nossa pirâmide já virou quase um retângulo. Isso vai ocorrer durante um tempo. É necessário, a cada conjuntura, avaliar o que é melhor fazer.

Então, eu digo que sofro dos dois lados, mas tenho absoluta convicção da necessidade de limitar as vinculações no Orçamento, seja por vinculação à reserva de contingência, seja por despesa ressalvada, seja por novas vinculações legais.

Por fim, o redutor da meta do PAC. Acho que é uma questão importante. Ela já se mostrou importante em 2009, como eu disse aqui na exposição inicial. O nosso objetivo é fazer meta cheia, mas nós precisamos ter — de novo, vou repetir pela enésima vez a palavra — flexibilidade. É importante que o Governo possa trabalhar com agilidade em cada momento.

Quero lembrar que, se folga há, se o Governo usa esse desconto para elaborar o Orçamento, mesmo que vá fazer superávit cheio, também o Congresso decide sobre essa diferença, sobre essa folga, onde deve ser usada. Então, não há nenhuma subtração de atribuição do Congresso nessa direção, porque o Congresso se posiciona sobre toda a peça orçamentária. Eu só queria dizer que para nós esse é um elemento importante de ser mantido para a condução das ações do Governo.

Com isso, espero ter passado por todas as questões, acho que passei por todas que o Senador colocou inicialmente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Uma breve elucidação. Temos aqui uma informação de que o PPA 2012/2015, em seu artigo 19, dispõe que a LDO poderá definir outras prioridades. Então, as prioridades definidas na LDO são o PAC e o programa Sem Miséria.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Brasil Sem Miséria.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Brasil Sem Miséria. Ainda há possibilidade de aumento dessas prioridades, pelo menos no próximo ano?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Pois não. O senhor vai fazer várias perguntas, não é isso?

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - O Governo mantém essas duas prioridades?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - A nossa intenção é serem essas as grandes prioridades do Governo.



O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Correto. E, afinal, com relação às emendas individuais, à reserva de contingência primária de 1% da receita líquida, naturalmente isso seria aplicado de acordo com as programações convergentes com a LDO. Isso não ficaria fora da LDO, quer dizer, as emendas individuais poderiam ser também prioridade do Governo na sua execução, na sua liberação, desde que essas prioridades estivessem dentro da LDO. Não seria mais fácil, então, fazer essa liberação? Estou falando da liberação integral.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Entendi, do 1%. Eu até perguntei para a Célia aqui. Este ano, esse 1% corresponde a 3 bilhões mais ou menos, no 12. Se for no 11, tivemos uma liberação de emenda, não lembro o número certo, superior a isso.

Então, não vejo onde... Já estamos praticando isso nos últimos anos. Então, qual é a vantagem da vinculação? Desculpe-me a pergunta, Senador, mas...

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Eu acho que, se há um aumento de receita, conseqüentemente há um aumento da liberação. Todos os anos há um aumento de receita, sem dúvida alguma. A previsão orçamentária é uma, mas na realidade acontece um aumento substancial. Então, se houver um aumento substancial da receita, logicamente haverá uma disponibilidade maior para a liberação das emendas individuais.

Mas, se V.Exa. acha que não é boa para o Congresso essa proposta, então... demonstre.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Quem deve achar se é bom para o Congresso ou não deve ser o Congresso, eu posso ter uma opinião a respeito. Mas os senhores têm autonomia para essa definição.

Pegando esse exemplo de 2011, mais ou menos pelo que foi liberado, que a Célia me disse aqui, precisaria ter aumentado a receita em 50% para superar a receita corrente líquida inicial. É difícil a receita superar em 50% o previsto. Mas podemos, nesse processo, trabalhar e conversar a respeito, desde que isso não seja uma vinculação.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Então, nesse caso, a senhora está do lado do Congresso.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Parece que sim.



O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Já que a nossa proposta não é boa para o Congresso, confiamos que a sua proposta seja melhor. Agradeço a V.Exa.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o primeiro Parlamentar inscrito, o Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sra. Ministra, boa tarde. Eu queria consultar V.Exa. em relação ao quadro internacional. Há uma crise profunda na Europa, todo um questionamento em relação à vitória do socialismo na França, toda a situação da Grécia, e, na avaliação que o Governo faz, essencialmente, vê... Sem contar as dificuldades da Argentina. Qual é a visão de V.Exas. em relação a perspectivas para o cumprimento das diretrizes para o ano que vem? V.Exas. acham que pode haver algum comprometimento nessas diretrizes?

A outra questão está muito ligada ao crescimento do consumo. Nós sentimos que a atividade industrial não tem crescido proporcionalmente ao consumo. Está havendo um peso muito grande nas exportações. E, na verdade, as importações são importantes, mas sempre com uma preocupação. Quais são os principais esforços do Governo Federal para equilibrar essa relação?

São essas as duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado. Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Meu caro Presidente, Deputado Paulo Pimenta; meu caro Senador Antonio Carlos Magalhães...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - É saudade, ouviu, Valadares?

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Saudade de Antonio Carlos Magalhães, ACM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Quem sabe não está presente?

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Saudade de Toninho Ternura.



O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Se ele estivesse presente, estaria dirigindo os trabalhos, e V.Exa. não estaria sentado aí, Presidente. Pode ter certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Poderia tentar, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - É porque Valadares é de Sergipe, vizinho da Bahia, e é uma grande figura, um grande Parlamentar. Tivemos grandes batalhas nesta Comissão, grandes vitórias, e é um prazer estar novamente aqui consigo.

Minha cara Ministra Miriam Aparecida, é um prazer muito grande estar aqui, voltando a esta Casa. Eu passei um ano ajudando nosso Governador Jaques Wagner, como Secretário de Estado; depois voltei novamente, fui para a Prefeitura de Salvador, ajudando. E quero lhe agradecer, Ministra, porque V.Exa. ajudou muito, mas muito mesmo, na construção daquele metrô, para concluirmos aquele primeiro tramo. Se não fosse a sua inspiração, a sua vontade e a de tantos companheiros, como o ex-Ministro Mário Negromonte, como o Governador Jaques Wagner, como o Prefeito João Henrique, e, principalmente, com a Presidenta Dilma, nós não estaríamos com aquele metrô pronto para rodar.

Causou-me estranheza porque jornais de Salvador publicaram — um pequeno parêntese — que V.Exa. disse que esse metrô não deveria rodar agora, mas apenas em 2014. Eu não acreditei, porque o seu esforço, a sua vontade de colocar lá os recursos, tirando-os, às vezes, de outros lugares... Então, eu acredito que nós vamos colocar esse metrô para rodar ainda este ano.

Minha companheira Célia Correia, Celinha, é um prazer muito grande ter aqui, novamente, você, com quem tantas vezes estive junto aqui.

Mas, Ministra, eu estou aqui no Congresso há algo em torno de 20 anos, dos quais, uns 8 anos nesta Comissão Mista de Orçamento. E vim para esta Comissão Mista de Orçamento numa época muito difícil, porque foi logo após o problema dos Anões do Orçamento, e tal, quando aqui tudo era difícil, tudo tinha problemas, tudo era não sei o quê.

Meu partido me indicou para vir para a Comissão de Orçamento, e para mim foi um prazer muito grande, durante esses anos todos, ter conseguido, ao lado de companheiros como Valadares, ao lado do meu nobre Deputado mineiro Gilmar Machado e de tantos outros, essas figuras maravilhosas do PMDB, tantos amigos do PSDB e de todos os partidos, ajudar o Brasil! E como o ajudamos!



Vou lhe dar um exemplo claro disso, Ministra. Eu era Relator, em 2007, da LDO. Tanto se fala do PAC, e o PAC foi criado aqui, nesta Comissão, no Relatório da LDO de 2007. E o Governo não o queria, ouviu, Ministra? É verdade! Se V.Exa. quiser, eu tenho ene testemunhas aqui! Ene testemunhas! Está aqui uma testemunha! Fizemos reuniões com o Ministro Guido Mantega, que dizia: “Ah, rapaz, o FMI...”

Sabe quem bateu o martelo do PAC? O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quando nós levamos a ele a solução e mostramos a maneira como o PAC ia funcionar, o Presidente Lula virou para todos os seus Ministros, numa reunião com o Ministro da Agricultura, que estava presente e era um dos maiores interessados, na época, no PAC... Por que o interesse do Ministro? Porque a primeira intervenção do PAC — que não tinha o nome de PAC, mas de PPI, Projeto Piloto de Investimentos — era a intervenção nas rodovias federais brasileiras, no sentido dos portos. E os portos? E os portos? Aí veio a primeira parcela de investimento, que foi algo em torno de 1 bilhão e 200 milhões. O PAC começou pequenininho. Era a experiência que nós fazíamos.

E nós começamos. Demos algumas contribuições ao Governo Federal com o intuito de melhorar a arrecadação do Governo Federal, de acelerar o processo de arrecadação do Governo Federal.

Eu vejo aqui, hoje, o Orçamento brasileiro — brasileiro, com muito orgulho, para todos nós — de 1 trilhão, 127 bilhões, 322 milhões de reais! Uma maravilha, Ministra! Este País entrou realmente em outro rumo e adquiriu outro ânimo.

Agora, dizia meu velho pai: “*Pai rico, filhos pobres, netos paupérrimos.*” Quem são os filhos pobres? Os Estados. Quem são os netos pobres? Os Municípios brasileiros.

Eu acho, meu caro Relator Antônio Carlos Valadares, que, se estivesse com sua caneta, faria uma modificaçãozinha. Nós precisamos aumentar a arrecadação dos Estados e dos Municípios brasileiros. Chegou a hora! A dívida tem tido trajetória decrescente. A senhora traz aqui, Ministra, que a trajetória decrescente da dívida pública tem sido um dado fundamental para a estabilidade fiscal. Em 2002, ela era de 60,4%; em 2012, foi de 35,2%. A dívida dos Estados e a dos Municípios, entretanto, cresceram. Inverteu. Pode mandar verificar.



Nós precisamos corrigir este erro! Nós já demos grandes contribuições ao Governo Federal. Chegou a hora de esta Comissão contribuir com os Estados e os Municípios brasileiros. E nós temos o poder de fazer isso, meu caro Relator! Nós tivemos o poder de criar o PAC! Nós, aqui, temos poderes de criar e ajudar os Estados e Municípios.

Deixo esta interrogação.

Mas o que eu queria mesmo, meu caro Presidente, era apresentar uma questão. Sou nordestino, sou sertanejo, sou barranqueiro do São Francisco, e não poderia ter a oportunidade de ver uma mulher linda e maravilhosa, como a Ministra Miriam Belchior, e deixar de pedir a ela uma coisa.

Seca total, Ministra. Miséria total. Se nós não tomarmos algumas providências imediatamente — imediatamente! —, para termos geração de empregos, geração de renda, para conseguirmos... Mas é aquela imediata, Ministra! Nós temos uma coisa que é importantíssima: A CODEVASF. A CODEVASF tem um programa em 192 comunidades — atenção, mineiros! — em Minas Gerais, na Bahia, em Alagoas, em Sergipe, com projetos prontos para licitações no valor de 172 milhões de reais! Se a senhora quiser, libera hoje. A senhora chega lá e diz: *“Aquele Deputado baiano, vou liberar aquela história dele aqui.”* A senhora tem a caneta, minha filha, e com tinta.

Importantes neste País hoje são as mulheres: Dilma Rousseff, Miriam Belchior e Célia Corrêa, que libera o dinheiro. Célia Corrêa é quem libera a grana, é quem libera o dinheiro. Então, as mulheres estão mandando. E vocês têm um bocado de filhos nordestinos passando sede, passando fome, sem trabalho, se liberar essa titica aqui, que são esses 172 milhões de reais, vai-se ter cento noventa e tantas obras em Alagoas, em Sergipe, na Bahia, em Minas, em diversos Estados da Federação, e isso gera mão de obra, gera emprego, gera renda e acelera o crescimento.

Em síntese era isso. E não se esqueça do metrô de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Ministra Miriam Belchior, a quem cumprimento e agradeço pelo comparecimento à nossa Comissão Mista de Orçamento e os esclarecimentos de praxe foram feitos hoje no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que



vem. Agradeço também a elegância com que me cumprimentou citando a minha cidade de Ribeirão Preto, que amolece o coração de um dos Líderes da Oposição.

Quero cumprimentar o Relator e dizer, Presidente Paulo Pimenta, que as perguntas críticas do Senador Antônio Carlos Valadares espero que não sejam uma estratégia do Governo para tirar o espaço da Oposição em criticar a LDO.

Nós estamos, Ministra, com sinais — e aqui também foi uma preocupação do Prefeito João Paulo, Deputado João Paulo — da economia mundial de um viés recessivo, pela crise que o mundo atravessa, com maiores ou menores impactos em alguns países. A eleição na França de um opositor foi reflexo disso.

No Brasil, nos quatro primeiros meses deste ano, não tivemos crescimento nenhum. Se o PIB que se projeta para 4,5% na LDO for garantido, teríamos que ter um salto de crescimento enorme nos próximos 2 quadrimestres para poder atingir essa meta, porque o crescimento do PIB nos quatro primeiros meses infelizmente foi próximo de zero.

É claro que esse ambiente de discussão de taxa de juros, de alteração das regras da poupança, deixa o pequeno poupador inseguro, porque desde 1861, na época do Império, as taxas de juros fixadas para a poupança ficaram inalteradas — por séculos a fio. Há, portanto, uma apreensão por parte dos pequenos poupadores, as pessoas mais pobres, de colocar a sua única e principal forma de garantir a remuneração daquilo que, com muito sacrifício, ele e a sua família foram capazes de poupar.

A outra questão, Ministra, é o aspecto da desindustrialização, que tem levado a uma perda de competitividade enorme e a um aumento vertiginoso das nossas importações, com prejuízo do nosso parque industrial. E o resultado fiscal que V.Exa. apresentou mostrou que vem sendo uma corrida de bastão, não só do atual Governo, mas dos dois Governos do Presidente Lula e dos dois Governos do Presidente Fernando Henrique e também do Governo do Presidente Itamar. Nós estamos falando de seis Governos que, sucessivamente, trabalharam para garantir a estabilidade da moeda, garantir a redução da taxa de juros, garantir o equilíbrio fiscal do nosso País, e cada um escolhendo as suas prioridades. O Duque de Lévis, como V.Exa. lembrou, é quem dizia que governar é escolher.



Muito bem, nós vemos hoje na imprensa que a indústria automobilística está com estoque represado médio de 43 dias, o que não acontecia desde a crise de 2008.

Quando V.Exa., ao explicar uma das indagações do Senador e Relator Antônio Carlos Valadares, disse que elencou as prioridades e metas, na verdade, elencou as prioridades, mas não elencou as metas. Essa é a reafirmação do nosso questionamento.

De maneira bem objetiva, contando já com a paciência da Presidente e da Ministra, eu quero fazer aqui algumas perguntas que a nossa equipe preparou. O tratamento diferenciado e privilegiado dado ao PAC não vem se traduzindo em real execução. Nós entendemos que há uma propaganda exagerada, desde o primeiro mandato do Presidente Lula, com o esquecido Fome Zero, até o segundo, com o lançamento do PAC e do Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, que vem sendo citado pelo atual Governo. Portanto, eu pergunto: por que o Poder Executivo insiste nessa omissão em descrever suas prioridades e metas?

E, ao deixar de elencar as metas, Ministra, ainda que na programação restrita ao PAC e ao Brasil sem Miséria, não estaria o Governo claramente descumprindo regramento constitucional, o qual determina objetivamente o conteúdo da LDO, inclusive a definição de metas da Administração Pública para cada exercício financeiro?

No tocante ao sistema de acompanhamento da execução das estatais, em especial o SIEST, as sucessivas desobediências à determinação da LDO já são suficientes para que nós acionemos administrativamente o Ministério do Planejamento. Mas nós, que somos do caminho do diálogo e da defesa do interesse público do Brasil, optamos por aguardar a manifestação de V.Exa., titular da pasta. Qual é a nova posição quanto ao amplo acesso por parte do Congresso Nacional aos sistemas SIGPLAN e SIEST, e ainda quando o SIEST contará com o mesmo nível de amplitude, abrangência e detalhamento do SIAFI?

Nós não podemos deixar de destacar que justamente nesses dois sistemas, Ministra, deveria estar sendo fiscalizada a menina dos olhos do Governo, o PAC, pois controlam a gestão dos projetos estruturantes de médio e de longo prazos, bem como aqueles vinculados ao direcionamento dos recursos das empresas estatais.



No tocante à execução antecipada da LOA 2013, no art. 50, o projeto da LDO repete, além do estabelecido pelo Congresso Nacional para a LDO de 2011 — ou seja, na nossa opinião, essa atual sistemática de um doze avos enviada ao Congresso para a execução do Orçamento anual, caso ele não venha a ser aprovado até o final da sessão legislativa vigente, é ditatorial, é uma afronta ao equilíbrio dos Poderes, no caso, à relação entre o Executivo e o Legislativo. E não é a primeira vez que se tenta liberar os investimentos do Orçamento fiscal da seguridade social e das estatais para execução antecipada da LOA.

E eu indago, portanto, à Ministra: já que a execução antecipada prevista na proposta da LDO para 2013 abrange praticamente toda a Lei Orçamentária, e ante a notória maioria da base aliada neste Congresso Nacional, onde estará o interesse do Poder Executivo em aprovar a proposta orçamentária de 2013 ainda nessa sessão legislativa?

No tocante à meta de superávit primária, a proposta da LDO para 2013 especifica os valores nominais da meta de superávit primário no montante de 155,9 bilhões, o equivalente a 3,1 do PIB previsto para 2013.

Indago a V.Exa: considerando que as taxas efetivas de crescimento do PIB têm sido sempre acima das perspectivas, não seria de bom alvitre retomar os níveis percentuais na LDO? Afinal, os valores nominais acabam por configurar muito mais na imagem do que na meta auferida.

No tocante à redução da meta de superávit primário do PAC, faço duas perguntas: a intenção de manter tal procedimento não se configura no enfraquecimento não somente da relação entre os dois Poderes, mas também das contas públicas, ao sinalizar um dito descontrole aos agentes econômicos?

E, para ser mais objetivo, não seria tal flexibilização orçamentária uma armadilha de contingenciamento antecipado impingindo seu peso à programação derivada das emendas parlamentares, como em parte indagou o nobre Relator e Senador Antônio Carlos Valadares?

E, por fim, as últimas: no caso dos benefícios dos servidores públicos em geral, a proposta da LDO de 2013 reintroduz um dispositivo enviado nas propostas da LDO de 2011 e 2012, que foi aperfeiçoado pelo Congresso Nacional, de vedação ao reajuste de benefícios, auxílio alimentação ou refeição, assistência pré-escolar,



assistência médico-odontológica superior ao valor médio da União praticado no mês de março de 2012.

O texto do dispositivo aprovado no Congresso Nacional foi vetado pela Presidente da República. Então, indago à Ministra Miriam Belchior: o Governo Federal continua com a intenção de ignorar a manutenção do poder aquisitivo e o ajuste de distorções de tais benefícios aos servidores públicos e a seus dependentes, nivelando por baixo, ao revés de garantir a adequação das suas reais necessidades, quando nós festejamos, inclusive, lei aprovada no ano passado neste Congresso fixando no quadriênio como vai-se dar o ganho do aumento real do salário mínimo? No caso do funcionalismo público, esse tipo de condicionante, na nossa opinião, não foi proporcionalmente considerado.

E as últimas duas perguntas: sob quais argumentos — no caso, a mudança de categorias da programação por portaria da SOF e do MPOG, art. 37, §1º — a proposta da LDO de 2012 prevê um rol de alterações na Lei Orçamentária mediante portaria em nível de categorias de programação, inovando precariamente quanto àquelas a serem emitidas pela Secretaria de Orçamento Federal — SOF, destacadamente quanto a outras despesas correntes — código GND 3 —, e aos investimentos GND 4, além de juros e encargos da dívida — GND 2 —, e amortização da dívida — GND 6. A pergunta é a seguinte: sob quais argumentos o Congresso Nacional deve se curvar a tamanha abrangência na qual se traveste tal autorização para a simples emissão de portaria da SOF para a alteração de dotações em suas categorias de programação?

E por último, Ministra Miriam Belchior: o PPA anterior, de 2008/2011, encerrou sua vigência na data de 31 de dezembro de 2011. E houve a reabertura de créditos especiais e extraordinários. Quando isso foi feito, foi trazida a classificação de programação do PPA 2008/2011 para a Lei Orçamentária anual de 2012, que está sob a égide de outro PPA, o PPA 2012/2015. Daí indago, por derradeiro, à Ministra, já lhe agradecendo a paciência e a oportunidade: a Lei Orçamentária 2012, com esse considerando, não está incompatível com o PPA, portanto infringindo disposição constitucional?

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Inicialmente, Sra. Ministra, quero dar-lhe boas-vindas. Quero reiterar a preocupação grande com que hoje nós, nordestinos, como disse há pouco o Deputado João Leão, estamos convivendo. É de conhecimento público, mas é muito grave a seca que afeta os Municípios do Nordeste.

O meu Estado, Pernambuco, vem sofrendo enormemente com a seca, que atinge alguns Municípios da região norte de Minas e pode perdurar. Pergunto a V.Exa. se existe possibilidade efetiva de o Governo Federal direcionar mais recursos, afora os previstos na Medida Provisória nº 566, editada agora em 24 de abril, porque a situação é muito grave. Não só os animais, mas o povo também está com sede. É uma situação de cortar o coração. Como a seca pode se estender muito, queria saber se existe possibilidade de se destinar mais recursos, para tentarmos minimizar um pouco esse sofrimento.

Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Augusto Coutinho.

Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Eu vou ser breve, até porque participo de várias atividades, Ministra. Hoje devemos votar nesta Casa a PEC nº 438, do Trabalho Escravo — há vários Ministros militando aqui nesse sentido. Convido todos os Parlamentares a assinalarem presença, porque a presença ainda é baixa.

Ministra, abordo primeiro essa questão da seca. Embora seja da Bahia, impressionam-me os efeitos desta atual seca, impressiona-me também a falta de estrutura para enfrentarmos um fenômeno que é cíclico. Todos os mananciais de determinada região do Semiárido já secaram. Temos dificuldade hoje de captar água em carros-pipas.

Eu sei que a Presidenta Dilma está priorizando o Água para Todos, que terá grande dimensão. Houve um avanço grande com o Governador Jaques Wagner, da Bahia, mas talvez seja preciso pensarmos em algo a mais. Tenho dito que será feita



a transposição das águas do São Francisco para fora dos Estados banhados pelo rio. É importante, não contestamos isso, mas é preciso fazer a transposição para dentro dos Estados. Junto ao São Francisco, na Bahia, tem gente morrendo de sede. Então, é preciso que haja recursos para uma transposição interna.

Outra pergunta, Ministra. V.Exa. tem, com a Presidente Dilma, autorizado sucessivas contratações de alguns servidores para cargos importantes. Queria saber como V.Exa. está tratando especificamente a carreira da Defensoria Pública da União, que precisa ser fortalecida, porque está esquelética dentro do quadro.

Em relação ao Banco Central, como estão as novas diretrizes? Há possibilidade de contratação de profissionais para este ano? Será mantida a mesma política positiva adotada por V.Exa. e pela Presidenta Dilma para o ano? Reconhecemos que foram contratados auditores fiscais do trabalho, auditores fiscais da Receita, analistas. Houve concurso para a Polícia Rodoviária Federal, para a Polícia Federal. Tem havido um comportamento positivo, mas quero saber se haverá continuidade. Lembro que os concursos do Banco Central e da Defensoria Pública vencerão agora em junho; acho extremamente perigoso deixarmos que vença sem que haja contratação dos concursados.

Desculpe até por ter saído um pouco do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Amauri Teixeira.

Deputado Felipe Maia.

Só para os Deputados tomarem conhecimento da ordem dos inscritos: Felipe Maia, Leonardo Monteiro, Toninho Pinheiro, Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Inicialmente, quero cumprimentar a Ministra Miriam Belchior e agradecer-lhe a presença aqui nesta reunião em que se debate o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária 2013, cumprimentando também o Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Pimenta, o Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, e a técnica Célia Corrêa, do Ministério, na pessoa de quem cumprimento todos os demais companheiros da Comissão de Orçamento.

Ministra, trouxe algumas indagações em relação ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Senador Valadares já fez alguns questionamentos semelhantes aos que faria, não sei se ajudando a Oposição ou, na mesma linha, em



sintonia entre Governo e a Oposição, mas algumas coisas não ficaram claras para mim, como, por exemplo, a ausência do anexo de metas e prioridades.

A Ministra disse que isso não seria um descumprimento constitucional e que o Governo teria como prioridade investimento público para o privado, principalmente no combate à pobreza. Mas o Ministério disponibilizou o anexo de metas e prioridades por alguns instantes no sistema, mas o retirou. Não ficou claro para mim por que colocou o anexo e depois o retirou. Isso gera insegurança ao Congresso Nacional. Existia a prioridade, mas foi retirada. Qual é a prioridade agora? Mesmo aceitando o entendimento do Ministério de que não é constitucional, a Ministra tem que compreender que o Congresso fica inseguro na execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu, por exemplo, tenho aqui em mãos o Programa 215, que se refere ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Estava disponibilizado no sistema e foi retirado. Isso me deixou inseguro. Gostaria que a Ministra explicasse esse comportamento do Ministério.

Da mesma forma, houve uma pergunta sobre restos a pagar de 2010 e 2011. Quero aproveitar a presença da Ministra para dizer que esta Comissão já aprovou requerimento de minha autoria para convocação dos técnicos da Caixa Econômica Federal. A Ministra acredita — e claro, acolhemos aqui essa justificativa — a culpa a licitações e problemas nas obras, mas, por outro lado, Senador Valadares, algo em torno de 8 bilhões de reais irão vencer em junho. O acumulado de restos a pagar de 2010 e 2011 é de 8 bilhões de reais. Deve haver uma agilidade por parte dos técnicos da Caixa Econômica Federal. Tenho exemplo de um caso concreto em que as medições já foram feitas, mas os recursos não foram liberados. O tempo urge, o dinheiro é ameaçado. Então, tendo em vista que o Relator da matéria levantou preocupação sobre restos a pagar, revelo também esta preocupação da Comissão, com dados técnicos e numéricos: há restos a pagar da ordem de 8 bilhões de reais.

Gostaria que a Ministra sensibilizasse os técnicos da Caixa Econômica Federal para — claro, entendendo que existem outros problemas, como obras, falta de licença, mas não me referia a eles — que possamos tentar tirar o maior proveito possível da situação.



Por fim, Sra. Ministra, quero me solidarizar às preocupações dos Deputados João Leão, Augusto Coutinho e Amauri Teixeira em relação à seca do Nordeste, porque se trata de uma das piores secas dos últimos 30 anos.

Nós, que somos nordestinos e que temos como rotina viajar pelos Municípios dos nossos Estados, por estradas interioranas, sabemos como está sofrendo o nosso agricultor, o nosso pecuarista, o homem que sai de casa para colher o seu feijão, o milho, o arroz, que traz o sustento para casa, mas que não tem mais a sua plantação, não tem mais a sua vaquinha para tirar leite e manter o sustento da sua casa. Então, trago aqui a preocupação, a experiência de quem tem andado pelas estradas do Nordeste e tem visto o sofrimento do povo nordestino.

Portanto, eram essas as minhas preocupações, eram esses os comentários e as observações que tinha para fazer em relação à seca.

Ministra, já estava esquecendo algo fundamental. Minha preocupação em relação ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. O último item é o seguinte. O art. 50 da Constituição Federal diz que, se o Projeto de Lei Orçamentária 2013 não for sancionado pela Presidente da República até 31 de dezembro de 2012, a prorrogação dele constante poderá ser executada para atendimento.

O relatório do projeto da LDO está dizendo: *“A LDO 2013 prevê que, se o Orçamento não for aprovado até 31 de dezembro de 2012, algumas despesas poderão ser executadas, tomando-se por base a dotação do projeto de lei orçamentária”*.

O problema é que a LDO remete à sanção presidencial. O relatório aqui traz *“aprovado”*, mas a LDO traz *“sancionado”*. Essa é uma competência do Congresso Nacional. Existe uma duplicidade de terminologia: *“sancionado”* é pelo Presidente; *“aprovado”* é pelo Congresso Nacional. Ou seja, há uma duplicidade de terminologia no que é fundamental na execução do Orçamento.

No momento em que se passa a competência para o Palácio do Planalto, através da sanção, tira-se a competência do Congresso Nacional de aprovar o Orçamento. Esse é um outro ponto sobre o qual eu queria que a Ministra se manifestasse.

Muito obrigado ao Presidente e à Ministra pelos esclarecimentos que serão prestados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Felipe Maia, Parlamentar do Rio Grande do Norte.

O Deputado Leonardo Monteiro não se encontra. *(Pausa.)*

Deputado Toninho Pinheiro, de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Boa tarde a todos.

Ministra Miriam Belchior, eu sou Toninho Pinheiro, Deputado por Minas Gerais. Quero cumprimentá-la pela sabedoria, pela competência que demonstrou nos trabalhos. Mais do que isso, quero parabenizá-la pela humildade, pela delicadeza ao vir aqui nos cumprimentar, um a um. Parabéns, Ministra! Quanto maior o poder, maior a humildade.

Gostaria de fazer uma pequena sugestão. Eu apoio a Presidenta Dilma, que tem feito um grande Governo, principalmente no que diz respeito à honestidade. Vemos que ela coloca na rua as pessoas que praticaram atos de corrupção. Isso é muito importante. Eu fui Prefeito três vezes de uma cidade pobre. Graças a Deus, trabalhando com humildade, com honestidade, nunca deixei dívida nenhuma. A minha cidade está lá, com pobreza, mas com dignidade.

A sugestão que deixo é no sentido de se definirem prioridades. A Presidenta Dilma diz que vai ajudar os mais pobres, que prioriza os mais carentes — e ela está fazendo isso na prática —, mas sozinha ela não dá conta. A gente precisa ajudá-la.

Há poucos dias fiquei surpreso ao ver que vários Ministros da República liberam recursos financeiros, mas não olham dados sobre as cidades. Vou dar um exemplo: a minha cidade, Ibirité, uma cidade pobre, com quase 200 mil habitantes, arrecada 3 milhões de reais de ICMS por mês. Há uma outra cidade — e não vou citar o nome —, como várias no Brasil inteiro, com a mesma população, que arrecada 50 milhões de reais de ICMS por mês. Mesmo assim, ela recebeu 200 milhões de reais do Governo Federal.

Então, como vamos ajudar a Presidenta Dilma, se estão acontecendo esses erros? O Governo Federal está investindo numa cidade milionária, que já tem dinheiro. Então, é preciso estabelecer prioridades, olhar as cidades mais pobres, os Estados mais pobres, para podermos corrigir as desigualdades de maneira rápida, o que é o desejo da Presidente Dilma, que tem mostrado sua boa vontade, seu esforço. Ela é uma Presidente firme.



Então, eu gostaria que V.Exa. desse essa orientação a todos os Ministérios: ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Educação, aos gestores do PAC, porque são questões de suma importância. Não pode uma cidade com 200 mil habitantes que arrecada só 3 milhões de reais de ICMS por mês não receber dinheiro, e outra cidade, com a mesma população, arrecadar 50 milhões de reais em ICMS por mês e receber 150 milhões de reais, 200 milhões de reais, 300 milhões de reais do PAC. Não estou dizendo que ela não mereça não, mas vamos ajudar os mais pobres primeiro, que é muito importante.

Outra observação muito inteligente e muito proveitosa de V.Exa. foi quando falou sobre educação. A pirâmide da educação já está retangular. Num período de tempo vamos ter escolas ociosas. V.Exa. disse que cada época, cada momento exige uma ação. O Brasil não pode ficar fixo nas ações, ser bitolado. Quero observar que esse momento está chegando. Com essa lei que exige 25% para a educação, os Municípios não têm recursos nem para construir as escolas.

Deus me ajudou bastante, e a quantidade de escolas que fizemos em Ibirité foi uma coisa monstruosa. Para a senhora entender, a nossa cidade, uma das mais pobres do Estado, tem o maior teatro de Minas Gerais: cabem mil pessoas sentadas. Então, nessa questão, avançamos bastante. Muitas cidades têm oportunidade de avançar. Se tiverem humildade, vão avançar.

Agora, aproveitando a oportunidade, podemos pegar esse tipo de equação para tentar aumentar, de maneira substancial, o salário do professor, porque, se investirmos na educação, teremos um futuro melhor. Já temos condições para isso. Até apresentei um projeto de lei, que está rodando na Casa, para que haja flexibilização dos recursos financeiros, porque muitas cidades hoje já estão cumprindo os 25% para a educação e estão dentro dos 54% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se ela aumentar mais a folha de pagamento, vai ultrapassar o que estabelece a lei. Então, apresentei um projeto de lei para que haja uma flexibilização, a fim de que se possa aumentar o salário do professor, porque, se investirmos em educação, teremos dias melhores no Brasil. É muito importante.

Finalizando, gostaria de solicitar a V.Exa., pessoa de muita competência, que encontre um caminho para o repasse do Ministério para o Município. O Estado tem de ser beneficiado, e o Município também, porque está havendo uma dificuldade



muito grande. Ninguém pode negar a honestidade da Presidenta Dilma. Isso é muito importante. Ela tem firmeza e tem sido uma Presidente exemplar. Ela serve de exemplo para todos nós, brasileiros. Ela tem defeitos? Tem. Mas nós vemos que ela não aceita corrupção. E ela mostra e prova isso. Outros não tiveram a coragem de fazer o que ela está fazendo. É uma mulher corajosa. Eu tenho orgulho de apoiá-la no Governo Federal. Mas precisamos tentar achar uma saída, porque ainda está havendo muita ladroagem no repasse do Ministério para o Município. Qual é a ladroagem?

Vou explicar. Existe um Ministério apenas — não vou falar qual é — que vai liberar 5 milhões de reais para uma prefeitura pobre. A prefeitura pobre não tem projeto, capacidade técnica e recursos para elaborar o projeto. Aí vai uma empreiteira e doa, oferece o projeto para essa prefeitura. Passando fome, com a boca aberta, a prefeitura pega o projeto na hora. Depois, essas empresas passam a controlar a situação. Controlam a licitação, e aquela obra que foi executada por 5 milhões de reais poderia ter sido feita por 3 milhões de reais. E o Prefeito não tem poder para chegar perto do Ministro e falar isso para ele. Então, são apresentadas as dificuldades, para depois venderem as facilidades.

A Caixa Econômica Federal, de muito respeito, hoje representa um mal para os Municípios. A Caixa tem de fazer como o Bradesco: cuidar do dinheiro do povo brasileiro. Ela não tem pessoas qualificadas em quantidade para poder fiscalizar isso. Então, vai atrasando, vai dificultando as coisas, e é um problema muito grande.

Há sugestão? Há. Na minha opinião, se as cidades do Brasil inteiro têm capacidade para receber recursos do FPM, do ICMS e gastar de acordo com a lei, por que não podem pegar recursos do Governo Federal e das emendas e gastar diretamente?

Por exemplo: se um Ministro quer liberar dinheiro para uma cidade, usa o computador e avisa: *“Prefeito, há três emendas para o seu Município. Primeiro, o senhor tem de licitar o projeto, tem de licitar a obra e depois executá-la, sob pena de punição exemplar”*. Se roubar, vai para a cadeia. Isso é importante.

Seria muito mais fácil se o Ministro avisasse a todos os Vereadores, aos membros dos Ministérios Públicos, ao padre, ao pastor e a toda sociedade que o dinheiro está na prefeitura. Vai ser muito mais fácil todo esse pessoal fiscalizar o



Prefeito para ele não roubar do que um Ministro só fiscalizar 5.600 prefeitos. Aí não tem jeito. A Presidente Dilma vai lutar, vai se esforçar, mas não vai dar conta. Então, a gente precisa ajudá-la.

Quero cumprimentá-la. Agradeço ao Sr. Presidente da Comissão a oportunidade. Meu muito obrigado.

Estou torcendo para que a Presidente Dilma faça um grande Governo, para o bem de todos nós, brasileiros.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, ilustre Parlamentar do Estado de Minas Gerais, Deputado Toninho Pinheiro.

Não havendo mais inscritos, vou devolver a palavra ao Senador Valadares, para que S.Exa. faça suas considerações finais. Depois, a Sra. Ministra disporá do tempo necessário para responder às questões feitas pelos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sra. Ministra, de forma breve quero dizer que recebi um relatório resumido da execução orçamentária de 2011. No ano passado, a reserva de contingência de 1% chegou a 5,6 bilhões de reais, o que significa dizer que nossa proposta seria, de acordo com esses dados, totalmente viável, porque no ano de 2012 a receita será muito maior, e quem sabe 10 milhões de reais para cada Parlamentar seria muito bom, visto que, apesar de serem 15 milhões de reais hoje, nem 6 milhões de reais são liberados anualmente. Então, essa proposta não é para vinculação de recursos, mas para estabelecer um limite através do qual haja a garantia da liberação de recursos.

Em última instância, Sra. Ministra, quero dizer que é do meu dever, na condição de Relator, já que represento neste momento o pensamento de todos os partidos políticos com assento nesta Casa, fazer as sugestões que eu considero fundamentais, inclusive para o fortalecimento dos laços de harmonia que devem prevalecer entre o Executivo e o Legislativo. Isso é o que eu mais desejo. A nossa proposta é neste sentido: fortalecer as ações do Executivo e buscar a boa harmonia entre todos os Parlamentares e o Governo Federal, fortalecendo, assim, o Congresso Nacional.

Agradeço a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, ilustre Relator.

Vamos agora passar a palavra à Ministra Miriam, para que S.Exa. possa responder os questionamentos, e também, Ministra, fazer as considerações conclusivas da sua participação.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada, Presidente.

Algumas perguntas são comuns, então vou me dar o direito de respondê-las, digamos, por tema, e não necessariamente na ordem em que elas foram feitas.

A primeira é do Deputado João Paulo, em relação às perspectivas para 2013 e à questão da atividade industrial, tema a que, de alguma maneira, também o Deputado Duarte Nogueira se referiu.

Em primeiro lugar, as perspectivas de 2013.

A nossa avaliação é de que este ano será mais duro, em função de as economias desenvolvidas estarem num momento muito difícil. No entanto, todas as expectativas são de que 2013 não será uma maravilha na Europa, mas teremos uma evolução. Então, desse ponto de vista, esse cenário, somado às nossas boas condições internas, nos fará estarmos num patamar melhor no ano que vem do que esse em que estamos este ano, da mesma maneira que este ano deveremos estar em situação melhor do que no ano passado.

O senhor também me perguntou em relação à atividade industrial; o Deputado Duarte Nogueira também. Nós acreditamos que os efeitos das medidas adotadas no Programa Brasil Maior, que aqui eu quero retomar: a desoneração da folha; do IPI; o REPORTO; a postergação do PIS/COFINS; o regime automotivo; o financiamento ao comércio exterior; as medidas de crédito, tanto o aumento do volume de crédito como a redução da taxa de juros; o aumento do prazo da cobertura; as compras governamentais e sua capacidade de induzir a produção nacional e a competitividade; e os incentivos setoriais que estamos tomando, o controle do câmbio etc. vão dar resultados já no segundo semestre. Nós estamos trabalhando com esse cenário.

Eu sei que em cada momento fazemos esse debate, mas quero retomar uma lembrança que fiz quando estive aqui há 1 ano, quando havia uma enorme desconfiança de que a inflação pudesse escapar de controle. Eu estive aqui, o



Ministro Guido esteve aqui, no Congresso, falando disso, o Ministro Tombini também, a Presidenta deu um número grande de declarações de que essa é a nossa prioridade absoluta. Era natural que houvesse preocupação naquele momento, mas eu acho que nós entregamos a inflação dentro da banda da meta, que era o que estava previsto.

Então, aqui também essa é a nossa aposta. A Presidenta até brincou, numa entrevista, que fará quantas medidas provisórias forem necessárias, se for para garantir que o País continue crescendo e reduzindo a desigualdade.

Esse é o compromisso do Governo. Acredito que nós tenhamos credibilidade. Nós vimos conduzindo há 10 anos os destinos do País e acreditamos que temos credibilidade para dizer isso, como no ano passado, quando dissemos que iríamos cumprir o superávit e o cumprimos. Então, eu acredito que essa é a aposta. Trabalharemos arduamente para alcançar esse resultado.

Vários Deputados perguntaram sobre a seca, então vou juntar todos e vou falar daqui a pouquinho sobre a seca.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Não se esqueça do meu metrô.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - *(Riso.)* O seu metrô levou cerca de 2 bilhões de reais para, de fato, mudar a cara do transporte coletivo na Região Metropolitana de Salvador. Certamente será uma contribuição importante para a qualidade de vida dos soteropolitanos e dos seus vizinhos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - O que eu disse — e disse inclusive à equipe técnica da Prefeitura de Salvador — foi que precisa ter... Infelizmente atrasou esse trabalho de capacitação e de contratação de... Atrasou porque isso já era para 2010.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Mas atrasou porque o dinheiro não foi liberado.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Deputado João Leão, o PAC não tem limite de recursos para fazer investimentos, se forem necessários. Não há uma obra do PAC que não tenha desembolso imediato. Essa é a grande diferença do PAC. E não há problemas de desembolso no caso de Salvador.



Parece-me que aqui não é o espaço para essa discussão. O que nós todos queremos — isso eu posso dizer em alto e bom som — é que o mais rapidamente possível o metrô passe a funcionar para prestar serviço à população daquela cidade.

Como disse, sobre a seca eu vou falar em conjunto.

Em relação à poupança, Deputado Duarte Nogueira, eu acredito que... Vou repetir, porque aí não é o Governo que está falando, mas é uma boa parte da classe política, como já o fez aqui o Senador Valadares, e também dos analistas econômicos: a coragem política e a firmeza da Presidenta em enfrentar essa questão.

O País precisa enfrentar a questão da poupança. Nós já temos quase uma semana da divulgação das medidas relativas à poupança, e eu acho que a repercussão já diz bem da justeza da sua adoção, da justeza para o futuro do País, para que, de fato, alcancemos patamares de juros de nível internacional, fundamentais para o nosso crescimento. E também todos os analistas dizem que a poupança... Diferentemente de outros momentos, em que isso criou grande turbulência, a mudança foi feita de maneira ponderada, cuidadosa, e a poupança segue sendo a melhor alternativa para o pequeno poupador.

E lembro que na hora em que cair o juro, também o pequeno poupador, que é quem mais depende do crédito, vai ser beneficiado pelo outro lado, porque vai pagar menos juros no crédito.

Podemos ter opiniões diferentes em relação a isso, mas eu acredito que a maioria dos analistas e desta Casa têm apoiado essa medida pelo que ela representa para o futuro do nosso País.

Há várias questões em relação, de novo, às prioridades. Deputado Felipe Maia — não sei se estou esquecendo alguém —, o nosso entendimento é de que nós estamos cumprindo o preceito constitucional de estabelecer quais são as prioridades.

Quero insistir aqui que nós não podemos transformar a LDO em orçamento. O detalhamento do que deve ser feito é no âmbito do orçamento, no nosso ponto de vista. Lá pode-se ir até o nível do detalhe da ação orçamentária, como este Congresso faz a cada ano. Para nós, estamos cumprindo a determinação constitucional na forma como a LDO foi enviada para esta Casa.



Quanto ao sistema de execução das estatais, Deputado Duarte Nogueira, quero dizer que o SIEST e o SIOP são franqueados aos Deputados e Senadores, mediante solicitação de acesso. Até o momento, apenas a Senadora Kátia Abreu solicitou senha de acesso ao SIEST, de acordo com o controle que o DEST mantém lá. Portanto, ele está absolutamente disponível. Nós estamos fazendo um trabalho interno de aperfeiçoar o sistema para que ele cada vez mais traga informações importantes para o controle da sociedade.

Então, convido o senhor a solicitar isso formalmente, afim de poder, juntamente com a Senadora... Quero lembrar também que esses dados do SIEST já são compartilhados com o PRODASEN e disponibilizados no *site* do Senado, no Siga Brasil, que é, por sua vez, disponibilizado para toda a sociedade. Isso já está acontecendo.

Acredito que o adjetivo “ditatorial” seja um tanto pesado, mesmo para quem ficou com o coração tão tocado por eu citar sua cidade, Ribeirão Preto.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - É que a pergunta já estava escrita. (*Risos.*)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Não nos interessa que o Orçamento não seja votado no prazo legal, porque isso gera instabilidade para o Governo, atrasa a execução orçamentária do Governo. Mesmo que a gente trabalhe com os duodécimos, os Ministérios ficam receosos, porque pode vir uma mudança naquela dotação, e ela já foi comprometida. É preciso olhar, no Ministério, onde se vai colocar o limite que se tem no ano. Se eu tiver o limite de uma maneira, eu faço de um jeito; se eu tiver de outra... Então, a não aprovação do Orçamento cria uma instabilidade para o Executivo, porque atrasa a execução, por maior que seja a permissão que se dê para que se possa antecipar uma parte dos desembolsos, da execução. A garantia que nos interessa é a garantia da estabilidade, a garantia daquilo que está efetivamente aprovado pelo Congresso. Por isso, gostaria de afiançar ao senhor que ao Governo interessa a aprovação até o final da sessão legislativa. Foi assim que nós trabalhamos no ano passado com o Deputado Arlindo Chinaglia. Houve, em um momento, uma dúvida se seria possível, mas nós sempre trabalhamos com ele assim: gostaríamos que fosse aprovado. É assim que trabalharemos.



Aproveito para responder ao Deputado Felipe Maia sobre a questão da sanção *versus* aprovação no Congresso. Eu não sei direito, porque estou sem o texto aqui para ver isso. Para nós o que interessa é a aprovação até o fim da sessão legislativa. Isso significa que 15 dias depois a Presidenta precisa sancionar. Aí nós não vamos executar o Orçamento. A gente nem abre o Orçamento — é tradicional isso. A gente só abre o Orçamento em fevereiro, a não ser para as despesas obrigatórias, como folha de pagamentos e outras. Aqui não há nenhuma intenção outra de desvirtuar essa prerrogativa do Congresso.

Quanto à questão sobre se o *superavit* deveria ser valor nominal ou em percentual, de novo, aqui, trata-se de flexibilidade. É muito difícil para o meu companheiro Arno Augustin, no último dia do ano, quando entra uma parte substancial da receita, em dezembro, ajustar para que se alcance o *superavit* e não haja o risco de não cumprirmos a meta. Isso é fundamental para a credibilidade do Governo. Por isso preferimos estabelecer em valores nominais.

Quero lembrar que no ano passado nós realizamos um *superavit* quase 11 bilhões de reais superior ao previsto na LDO, o que demonstra exatamente a nossa preocupação com a nossa solidez fiscal. Então, aqui, é muito mais uma questão operacional para nós do que propriamente qualquer outra razão. O objetivo é ter mais previsibilidade, para que o Tesouro possa manejar isso bem e garantir que o *superavit* seja cumprido conforme determina a legislação pertinente.

Quanto à questão dos benefícios de servidores — auxílio-alimentação, etc. —, não sei se entendi direito a sua pergunta, mas propusemos, no ano passado, e estamos reiterando este ano, a necessidade de que haja um equilíbrio nesses benefícios entre os diversos Poderes. Há uma grande defasagem entre eles. E o que nós estamos propondo é que não se possa ir além da média geral, o que, para o Executivo, significa uma possibilidade de aumento bastante grande em virtude da diferença que há entre os benefícios disponibilizados aos servidores do Executivo, relativamente aos disponibilizados a servidores do Legislativo e do Judiciário. Então, aqui é muito mais para balizar um pouco e, talvez, evitar exageros nesses benefícios, que podem ocorrer em alguns casos.

O senhor me pergunta se não estaria incompatível a reabertura de créditos entre os dois PPAs. O senhor citou alguns deles, e eu precisaria analisar cada um,



mas não é possível... Se não estiver previsto no PPA 2012-2015, nós certamente não poderemos executar.

Se isso passou pela rigorosíssima equipe técnica da SOF, por toda a área jurídica do Ministério do Planejamento, eu diria que não tenho muita preocupação em relação a isso. Mas já pedi que a Célia me apresente as informações, para eu ter maior segurança em relação a isso. Mas como a Constituição diz que eu não posso executar nada que não esteja no PPA — e essa é uma regra sagrada para nós —, eu não sinto que haja esse problema.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Da nossa parte eu vou pedir para a nossa assessoria encaminhar por escrito, para conhecimento da SOF, até para que possamos, portanto, esclarecer essa nossa indagação.

Obrigado.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada ao senhor.

Em relação ao que o senhor citou sobre a atribuição que a SOF teria de fazer algumas portarias para mudar a GND de custeio para investimento, na verdade, essas portarias não alteram a programação.

Quer dizer, a síntese do que o Congresso fez, ou seja, a determinação de que o recurso seja utilizado em determinada ação, não pode ser mudada. O que pode ocorrer é que, às vezes, o Congresso, quando faz isso, classifica de maneira errada: classifica como custeio uma coisa que deveria ser investimento. E isso só pode ser feito por decreto da Presidenta. Isso é simplesmente para garantir aquilo que o Congresso votou, garantir a intenção do legislador de querer que uma ação seja feita, apesar de ter sido classificada de forma errada. Não se muda a essência da ação; muda-se só a sua classificação, porque ela foi feita de maneira equivocada.

Com as portarias é a mesma coisa. Se o senhor necessitar de um esclarecimento maior, também podemos fazer isso. A equipe da SOF poderia vir aqui para esclarecer melhor. Aqui é para garantir a execução do orçamento sem desvirtuar aquilo que foi votado pelo Congresso.

O Deputado Amauri Teixeira não está aí, mas há 10 dias eu estive na reunião da Comissão de Trabalho na Câmara dos Deputados, e lá discutimos largamente as questões relativas a contratações, concursos etc. Só gostaríamos de dizer que nós estamos tratando do caso do Banco Central, que foi uma exceção, já no ano



passado, nas contratações. Já vamos também, neste ano, liberar novas contratações para o Banco Central.

Se a minha memória não falha, porque eu não estou aqui com o material, na Defensoria Pública há um problema: nós temos aqui no Congresso um projeto de lei de criação de cargos que ainda não foi aprovado. Então, eu não posso contratar se eu não tenho cargo disponível. O número de cargos disponível é menor do que aqueles excedentes do concurso, que é a demanda, porque, nesse caso, se não me engano, nós já preenchemos todas as vagas originalmente previstas no concurso.

O Deputado Felipe Maia pergunta sobre a questão do RAP. Em primeiro lugar, faço um esclarecimento: o que vence em 30 de junho são os RAPs de 2010, não os de 2011. Os de 2011 só venceriam em junho de 2013. É sempre um ano e meio depois do fim do exercício.

Com a nova regulamentação, para equacionar toda aquela discussão que tivemos no ano passado, temos agora uma regra clara, com uma antecipação considerada, eu acho, razoável, tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo.

Então, como o senhor disse que 8 bilhões de reais são de 2010 e 2011, na verdade, nós teríamos que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - É, três ou quatro. Eu concordo com o senhor, no tocante à necessidade de agilizarmos aqueles casos em que não há problema de licitação ou de alguma falta de informação. Certamente, o Presidente Jorge Hereda vai trabalhar lá com a sua equipe para que a gente possa aproveitar a maior parte dessas situações que o senhor citou aqui.

O Deputado Toninho Pinheiro coloca uma questão importante referente a como e onde o Governo aloca os recursos. Essa é uma discussão importante e que não é fácil de ser feita. Mas gostaria de dizer que nós estamos em sintonia com a sua preocupação em olhar de maneira diferenciada o que chamamos de G-100, que são os grandes Municípios, com números grandes, no sentido de que têm uma população numerosa, mas que, ao mesmo tempo, têm uma receita *per capita* baixa.

A equipe da Ministra Ideli na SAF tem trabalhado no âmbito da Frente Nacional de Prefeitos com um grande número de propostas de como esses



Municípios possam alavancar melhor sua própria receita, mas também como é que nós no Governo podemos ter uma preocupação maior com isso.

Hoje mesmo, durante a manhã, estávamos discutindo com a Presidente Dilma as novas seleções do PAC, e um dos elementos sobre o qual conversamos foi exatamente usar a capacidade fiscal de Estados e Municípios para discutir quem leva recursos do OGU, quem leva financiamento, exatamente na direção do que o senhor colocou aqui.

Sobre a questão da educação, acho que esse é um debate que precisamos fazer.

Eu acredito que o senhor coloca uma questão importante a respeito de como deve se dar a fiscalização dos repasses aos Municípios. Acho que essa é uma questão-chave. Acho que o PAC mexeu muito com isso. Nós conseguimos com o PAC destravar uma parte dessas coisas. A gente sempre fala da chamada lista burra que havia para financiamento de saneamento, muito tempo atrás, em que se entrava na fila, independentemente de ter projeto ou não, e não se podia chamar o seguinte, porque o que estava na fila antes não conseguia desentravar seu processo. Era uma lista fundamentalmente para evitar que fossem executados investimentos na área de saneamento, em especial. Mas nós temos hoje uma legislação que estabelece como esses recursos devem ser fiscalizados e que envolve no âmbito do Governo a CGU e fora do Governo o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar do Legislativo.

Eu acredito que é necessário fazer um debate melhor a respeito disso. Eu acredito inclusive que nós precisamos discutir a Lei Orçamentária. Ela foi feita num outro momento. Foi por isso que o Governo propôs o RDC para a Copa e as Olimpíadas, e nós vamos propor ao Congresso agora a sua extensão às obras do PAC, porque nós precisamos — vou repetir uma coisa que o senhor ressaltou na minha fala, muito obrigada — nos adaptar a cada momento. O Brasil mudou. É necessário mexer na forma de funcionamento da poupança sem prejudicar os poupadores que já existiam na poupança e assim por diante. O País vai mudando, e nós temos que mudar com ele. E a legislação, no que couber, também precisa mudar.



Eu acho que esse é um bom debate a respeito de como é possível, ao mesmo tempo, simplificar processos sem perder os controles que poderiam significar o aumento do desvio dos recursos públicos. *(Pausa.)*

Senador Valadares, a Dra. Célia está fazendo as contas aqui e disse que é alguma coisa no meio do que nós estamos falando. Portanto, quero aproveitar sua fala de fechamento, de harmonia... Eu trabalhei no ano passado com a LDO, com o PPA e com a LOA. Em todos os casos pude contar com a contribuição desta Comissão e do Congresso como um todo e, especialmente, dos Relatores.

Esta é a minha disponibilidade. A minha equipe está à disposição para que a gente possa, durante o seu processo de relatoria e de discussão, no âmbito da Comissão, conduzir essa discussão da maneira mais harmoniosa e agradável. Com o senhor eu tenho certeza de que será.

Vou falar da seca, para fechar. Deixem-me pegar meus alfarrábios.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - V.Exa. está de parabéns pela forma gentil e cordial com que responde a todos os Parlamentares.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada.

Eu quero aqui relatar um pouco a reunião que nós tivemos, acho que há duas segundas-feiras, em Sergipe, Estado do Senador, que estava lá conosco. Foi no dia 27 de abril, quando a Presidenta aproveitou a ida a Sergipe para a assinatura, entre a PETROBRAS e a Vale, de acordo de exploração de uma importante mina de carnallita, que será fundamental para reduzir a nossa dependência de potássio, para produzirmos fertilizantes e caminharmos na direção da autossuficiência do País nesses materiais, e fez uma reunião com todos os Governadores do Nordeste no bonito Palácio Olímpio Campos, de Aracaju.

Quero relatar aos senhores até uma brincadeira que a Presidenta fez com os Governadores, porque nós apresentamos as propostas, que eu vou dizer aqui agora, e a cada item que ia sendo apresentado, o Governador Cid Gomes, que estava ao meu lado, riscava uma listinha dele. Aí vinha outro, e ele riscava de novo. Então ele cochichou para mim: *“Não vai sobrar nada da minha lista aqui”*. E, ao final, a Presidenta até brincou eles: *“É a primeira vez que eu saio de uma reunião com os Governadores do Nordeste sem um pedido enorme de recursos. E não por que os Governadores não estejam preocupados com a situação, pelo contrário”*.



A Presidenta fez essa análise dos efeitos da seca exatamente pelos trabalhos que nós temos desenvolvido de acompanhamento do clima no País. Tanto o Ministério da Integração Nacional quanto o Ministério da Ciência e Tecnologia, tanto na área de chuva quanto na de seca, têm feito, através do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais — CEMADEN, um acompanhamento do clima do futuro. E isso nós já tínhamos claro. Isso foi apresentado inclusive aos Governadores. Já cessou o período de chuvas no semiárido. Então, se chover, será só em outubro — acho que é isso —, o que significa um período muito difícil daqui para adiante.

Por isso nós trabalhamos um montante de recursos de 2,7 bilhões de reais, num primeiro momento, para ampliação da operação de carro-pipa do Exército, com recursos do Programa Água para Todos, inclusive de recuperação de poços — pegar poços já abertos que estão sem motores para bombeamento de água, etc. A PETROBRAS está envolvida para abertura de outros poços em locais que tenham reservatórios subterrâneos de água, para essa água ser aproveitada.

Além disso, faremos a antecipação do Garantia-Safra para aqueles agricultores que são cobertos pelo programa. Há a medida provisória que foi feita para análise deste Congresso Nacional do Bolsa Estiagem, para aquelas famílias que não estão cobertas pelo Garantia-Safra. E, por pedido dos Governadores, nós já vamos descontar o Garantia-Safra do ano que vem, de tal forma que, se houver algum problema, essas famílias que hoje não estão cobertas, por não se terem alistado, digamos assim, no Garantia-Safra, estejam já cobertas para o ano que vem. E há também a garantia de fornecimento de milho para consumo animal, porque essa é uma das maiores riquezas do pequeno produtor, o seu rebanho, e uma linha de crédito emergencial para a região da seca com condições muito favoráveis.

Mas eu queria dizer que o mais importante que nós discutimos lá foi a instituição dos comitês de gerenciamento da seca. Cada um dos Estados, junto com o Governo Federal, constituiu um comitê para discutir a evolução dos acontecimentos, porque uma coisa é a situação hoje. O Governador Jaques Wagner, por exemplo, relata que, no caso de, se eu não me engano, Vitória da Conquista, há risco de problema no abastecimento urbano, e isso também para a



sede do Município, não só para as áreas rurais. Por essa razão, nós estabelecemos esses comitês. Cada Estado tem um comitê, do qual participam o Governo do Estado e o Governo Federal, para discutir o andamento do problema em cada Estado. Nós já entregamos todas as informações de funcionamento do nosso carro-pipa. E hoje eu estava fazendo exatamente — por isso me atrasei para estar aqui — reunião com os Governadores para verificar que obras emergenciais, Deputado João Leão, nós podemos fazer rapidamente, no prazo de 1 ano, e que os Governadores já tenham propostas. Então, eu imagino, que, quando o Governador da Bahia vier para essa reunião, ele apresente...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu só queria dar um esclarecimento a V.Exa., minha cara Ministra. Eu recebi uma carta, uma correspondência aqui, agora, da CODEVASF, em que ela diz que aquele caso das 192 comunidades rurais localizadas na Bacia do São Francisco foi transferido do PAC para o Programa Água para Todos, no Plano Brasil sem Miséria. Contudo, esse programa trabalha com projetos de perfis diferenciados, não compatíveis com os apresentados pela CODEVASF. Portanto, não foram acolhidos.

A CODEVASF, então, pleiteou, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o retorno dos referidos recursos ao programa do PAC, o que se encontra em análise. Então, como a senhora disse que o Governador Cid Gomes, à medida que a Presidente ia falando, ia riscando, deixe-me riscar isso aqui também?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Quando o Governador Jaques Vagner vier e disser que esses são importantes, nós, certamente, vamos fazer essa análises para atendimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu vou passar para a senhora isso aqui, para a senhora entregar a ele.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu vou passar isso para ele também.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Por favor.

Então, eu acredito que esses comitês estaduais serão fundamentais para fazer o monitoramento da situação e ir tomando medidas de acordo com as necessidades. Além dessa reunião que fiz com os Governadores hoje, ao mesmo



tempo, o Ministério da Integração já discutiu com o Estado as medidas em relação a caminhão-pipa, esse cruzamento de informação que já foi feito, e também solicitou que os Estados apresentassem em que locais eles gostariam que os poços fossem perfurados. Ou seja, esse trabalho no comitê será central para o próximo período, porque não choverá, com certeza, porque é do clima do semiárido, até outubro. Se choverá de outubro em diante só saberemos mais adiante. E, se não chover, aí, sim, a situação ficará muito mais séria. Mas o Governo está absolutamente atento a essa questão e num trabalho dia a dia com os nove Governadores do Nordeste.

Com isso, eu queria agradecer aqui ao Presidente Paulo Pimenta; agradecer ao gentil Relator, Senador Antônio Carlos Valadares; e agradecer a cada um dos Parlamentares que se dispôs a ficar aqui, fazer seus questionamentos e, especialmente, aguardar para ouvir as respostas que eu tinha a dar a cada um deles.

Muito obrigado a todos. Coloco-me permanentemente à disposição para vir a esta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Ministra Miriam Belchior.

Antes de concluir os trabalhos, quero informar aos Srs. Parlamentares que o Senador Antônio Carlos Valadares informa que entregará o relatório preliminar na próxima sexta-feira. Imediatamente, ele será disponibilizado a todos os Srs. Parlamentares. E o prazo para a apresentação de emendas se iniciará na segunda-feira e irá até a quarta-feira. Portanto, será nos dias 14, 15 e 16 o prazo para a apresentação de emendas ao relatório preliminar do Senador Antônio Carlos Valadares.

Eu agradeço à Ministra e à Sra. Célia Corrêa o comparecimento.

Informo aos Srs. Parlamentares que a reunião extraordinária ocorrerá amanhã, às 14h30min, neste local, com a pauta da semana.

A reunião está encerrada.